

**Os “senhores” da área alagável: ruralidade e diversidade social do
Pantanal Norte (1870-1930)**

Ana Carolina da Silva Borges¹

O que observamos atualmente é que uma das temáticas que mais perpassa a sociedade, ou as sociedades de um modo geral, são as questões ambientais. Muitas reflexões têm sido feitas em torno das formas de exploração da natureza, assim como as conseqüências ocasionadas diante das distintas maneiras de se relacionar com o meio ambiente. Frente a isso é possível perceber certo respaldo sobre as áreas que, de alguma forma, ainda mantêm uma paisagem natural cujas transformações humanas não foram tão “impactantes” ou “devastadoras”. No Brasil entre as áreas que têm sido alvo de muitas pesquisas e diversos olhares, destaca-se o Pantanal. Este ambiente é valorizado, sobretudo pelos seus aspectos naturais - a diversidade da flora e da fauna e o funcionamento do ciclo das águas. Contudo em geral, a relação dos homens e mulheres que habitavam e habitam este ambiente tem sido sistematicamente silenciada em favor de uma visão idílica sobre meio natural.

O Pantanal situa-se na parte central da América do Sul, estando presente em três países: Brasil, Bolívia e Paraguai. No Brasil, ele está localizado em dois estados: Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, onde no primeiro encontra-se na parte sudoeste do estado e no segundo na parte noroeste. Os dois Mato-Grossos, então, tem como parte integrante o Pantanal, na qual nos deteremos especificamente à região banhada pelos rios Cuiabá e São Lourenço, que aqui a denominaremos de Pantanal Norte. Um fator importante para entender esta extensa área alagável diz respeito aos seus aspectos físicos peculiares, relacionados aos ciclos de cheias e de vazantes, dividido em quatro momentos: enchente (outubro a dezembro), cheia (janeiro a março), vazante (abril a junho) e estiagem (julho a setembro). Diante disso, temos de ter em mente que a paisagem pantaneira anualmente se transformava, uma vez que seu extenso território era tomado por corredores aquáticos de diversos tamanhos, que cobriam as áreas mais baixas, ao mesmo tempo em que as matas se tornavam mais fechadas. Este fluxo da água acabava constituindo um conjunto de unidades de paisagens própria da região, como os canais (rio principal, sangradouro ou córregos, corixos e antigo leito do rio),

¹ Mestre em História pela Universidade Federal de Mato Grosso, Doutoranda em História Cultural pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), sob orientação do Prof. Dr. Paulo Celso Miceli.

dique marginal (barranco), áreas alagáveis (largos, várzea e baixadas). (DA SILVA, 1995, p. 25-34).

Contudo, seria interessante também esclarecer os motivos que levam esta pesquisa a analisar uma parte do Pantanal brasileiro, ou seja, Pantanal Norte. Neste caso, os fatores estariam atrelados às questões geográficas locais, tendo em vista que o recorte espacial trata de uma região alagável inserida no Alto Paraguai, cuja principal característica esta na presença das chamadas Cordilheiras - áreas altas e férteis - que viabilizavam a produção agrícola em pequena, média e larga escala por mini-fundiários ou grandes proprietários agrários. Este aspecto não se encontrava presente, por exemplo, no Baixo Paraguai, que era constituído, sobretudo, por grandes fazendas de gado, cuja proporção de áreas baixas, alagáveis e menos férteis era bem maior.

Deste modo destacamos que ao caracterizarmos os principais aspectos geográficos do Pantanal não intencionamos reiterar e potencializar a sua valorização natural, pelo contrário, através deste artigo buscaremos refletir sobre como os moradores locais espacializaram² suas atividades rurais e ajudaram a compor as distintas paisagens naturais. Em outras palavras acreditamos que este artigo servirá para desmitificar a idéia de “isolamento” ainda fortemente presente sobre a região do alagavel, assim como a visão romântica criada sobre a relação estabelecida pelos moradores entre si e o seu meio que seria marcada por uma intensa *harmonia*, minimizando o caráter de exploração dos recursos naturais entre os mesmos. Para percebermos tal fato, o artigo para efeito da nossa reflexão terá como balizas temporais os anos de 1870 à 1930.

Escolhemos o ano de 1870, pois com o fim da Guerra do Paraguai e a reabertura da navegação fluvial, Mato Grosso passou por grandes transformações fazendo com que o comércio da província se intensificasse. É a partir de então que o barco a vapor passou a ser utilizado com maior regularidade, diminuindo o tempo das viagens que chegavam a durar em torno de três a quatro meses para um mês. Tais embarcações saíam do porto de Corumbá tendo como destino o porto de Cuiabá, inserindo a região a ser estudada no comércio internacional. Esses fatores contribuíram para que os proprietários do Pantanal

² Nesse sentido, utilizamos o termo “espacialidade”, pois entendemos que a área em estudos é somatório de atitudes humanas, com suas vivências e atividades cotidianas, uma vez que o espaço é composto por práticas que se realizam por meio de operações que orientam, circunstanciam e temporalizam os lugares como bem salienta Michael de Certeau. Efeito produzido em seu pleno funcionamento através de uma unidade de polivalência inscritas em programas conflituais (CERTEAU, 1994, p. 202)

passassem a auferir maiores lucros e investissem nas fazendas e usinas de açúcar ali existentes, ao mesmo tempo em que os moradores fixados à beira dos rios podiam ver aumentadas as trocas e vendas de produtos caseiros, de animais domésticos e principalmente silvestres, bem como de lenha, dentre outros produtos.

Como marco final de nosso recorte temporal, escolhemos o ano de 1930 por expressar mudanças na organização social, política e econômica no estado de Mato Grosso. A começar pelas construções das estradas de ferro (1914) e de rodagem que diminuía as viagens de um mês para quinze dias. Diante disso, as rotas fluviais deixaram de ser a melhor opção para o escoamento da produção agro-pastoril e para a comercialização de mercadorias em geral. Com o golpe de Getúlio Vargas (1930), quando houve o combate ao *coronelismo* e a intensificação da política de integração nacional, ocorreu no Pantanal Norte uma gradativa queda da exploração e exportação de produtos florestais e aquáticos.

Entre as mudanças sociais e ambientais no período recortado, destacamos o aumento populacional da região norte pantaneira e das unidades produtivas locais; o crescente desmatamento na beira dos rios, com a retirada da lenha para o reabastecimento das embarcações a vapor; a valorização da pesca e seus derivados; a incorporação do universo agrário norte pantaneiro de índios, ex-escravos e mesmo paraguaios fugidos da guerra (1870); a complexidade e a lógica das relações de troca e comércio locais com as embarcações fluviais e o com o comércio informal, como os mascates. De fato, não teremos como aprofundar todos os aspectos acima mencionados, e corremos sérios riscos de atribuímos sobre a extensa área alágavel uma reflexão simplista e superficial. Mas entendemos que algumas questões podem ser discutidas de forma breve e significativa, a exemplo da diversidade dos grupos rurais.

Mato Grosso e o Pantanal Norte após a Guerra com o Paraguai

A Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai (1864-1870) marcou profundamente a sociedade mato-grossense. Em 1870, com a reabertura da navegação com a Bacia do Prata as feridas abertas no período da guerra, como a crise nos setores agrícolas de exportação e abastecimento, a diminuição populacional diante da violência do conflito bélico e a epidemia da varíola que causou inúmeras mortes e deformações, além do registro de grandes enchentes em 1865, estavam longe de cicatrizar.

A guerra do Paraguai, dessa forma, é um marco cronológico muito significativo para a historiografia de Mato Grosso. Seus efeitos podem ser sentidos no ressurgimento de antigos problemas voltados para as dificuldades de transportes, reabastecimentos de gêneros alimentícios e a proximidade com os territórios do país para o estabelecimento de relações comerciais mais amplas. Assim, esta situação demandava soluções adequadas ainda no contexto das últimas décadas do século XIX. Nesse sentido, há que se destacar que, se a questão da fronteira havia sido resolvida, carecia acabar definitivamente com a distância do centro-oeste com as demais áreas do Brasil articulando um projeto que direcionasse, com maior intensidade, a região para o “caminho do progresso”.

Com isso, foram desencadeadas por parte dos governantes provinciais algumas medidas visando fomentar o comércio, e conseqüentemente, reativar o mercado local. A partir de 1869, por exemplo, os governantes locais favoreceram os investidores e grupos interessados em desenvolver transações comerciais, concedendo à isenção de impostos na província, com a intenção de minimizar o máximo possível os agravantes da crise provocada pela guerra³. De fato, nesse universo pós-guerra com o Paraguai que Mato Grosso tentava “virar a página” de sua história relacionada ao conflito fronteiriço e iniciar uma nova fase mergulhando no mundo dos negócios, da circulação monetária e de mercadorias que nos deteremos nesse artigo, como destacamos antes.

Em Mato Grosso a chamada elite local, diminuta em número, mas, detentora de grande influência econômica e política em relação aos grupos constituídos por livres, libertos e escravos, era composta por vários segmentos: proprietários das usinas⁴, fazendeiros⁵, bancários, comerciantes e empresários estrangeiros e nacionais

³ Relatório de presidente de província de Mato-Grosso, apresentado pelo Exm. Snr. Augusto Leverger, Barão de Melgaço, na abertura da sessão ordinária da Assembléia Legislativa Provincial, no dia 20 de setembro de 1869.

⁴Nos anos de 1880 e 1890, suas propriedades receberam equipamentos avançados, e importados adquiridos por meio dos empréstimos internacionais. Isso desembocou na soma de novos estabelecimentos que optaram por seguir o mesmo caminho, através dos incentivos ofertados pelo capital estrangeiro disponível. Assim, as usinas de açúcar, em sua maioria localizadas as margens do rio Cuiabá, tornaram-se economicamente importantes, constituindo-se na principal expressão de atividade industrial de Mato Grosso. (CORRÊA, 1995, p. 70).

⁵Este grupo acompanhou e se inseriu nas relações comerciais mais amplas cujas extensas faixas de terras estavam localizadas na região pantaneira. Assim como a exploração açucareira, a criação extensiva de gado aumentou nas últimas décadas do século XIX, quando a venda desses animais, mortos ou vivos, estavam incluídos entre os produtos mais comercializados em Mato Grosso

(CORRÊA, 1995, p. 70)⁶, proprietários das grandes companhias que exploravam a borracha e a erva mate⁷, além dos altos funcionários públicos civis e dos militares de altas patentes. Ou seja, estamos nos referindo aqui a uma província heterogênea em que os grupos econômicos começavam a se delinear no período pós-guerra com o Paraguai (uns se reafirmando economicamente, outros buscando espaço entre as principais atividades). Entretanto, o ambiente norte pantaneiro não estava livre destas modificações mais amplas, uma vez que sofrerá algumas redefinições no que toca aos grupos rurais da região e a relação estabelecida entre si e o seu meio.

Com a construção das usinas de açúcar na beira dos rios navegáveis no Pantanal e o aumento do número das fazendas, houve também um acréscimo na quantidade de trabalhadores rurais que, obviamente, era constituída pelos menos afortunados economicamente. As camadas “subalternas” do meio rural, que os índios ajudaram a compor – Bororos⁸, Guatós⁹ e Guanas¹⁰ -, eram também constituídas por negros e mestiços. Esses trabalhadores do campo, Corrêa Filho¹¹ denomina de “plebe rural”¹².

⁶ (CORRÊA, 1995, p. 70)

⁷ “Em 1878, iniciou-se a exploração dos ervais nativos da Província de Mato Grosso, porém, suas produções foi exportada como sendo de origem paraguaia até o final do Império, quando então recebeu uma concessão do governo. Com a República e com o apoio do banco Rio-Mato Grosso, organizou-se ‘em 1891 a Companhia Matte Laranjeira destinada a elaboração e comércio de erva mate’”. E, em 1902, transformou-se na firma Laranjeira, Mendes e Cia, com sede em Buenos Aires. (CORRÊA, 1995, p. 71-72).

⁸ De acordo com a obra de R. B. Viertler: “*As duras penas: um histórico das relações entre índios Bororo e ‘civilizados’*” (1990), os Bororos tinha uma economia voltada, principalmente, para as atividades de caça e coleta e, em consequência dessa organização social, ocupavam uma longa faixa de terras, de caráter nômade. O autor pesquisou as colônias indígenas comandadas pelos militares e posteriormente pela Igreja, nas últimas décadas do século XX, e a sua inserção entre os trabalhadores rurais locais.

⁹ J. E. Oliveira (1996), estudando os Guató, na sua dissertação de mestrado denominada “*Guató: argonautas do Pantanal*”, percebeu que esses grupos indígenas que ocupavam a região norte pantaneira também não tinham um modo de vida sedentária. São significativos os aspectos peculiares dos Guató frente a outros grupos indígenas do Pantanal Norte, com relevância para sua organização social de ocupação, pois não viviam em aldeias ou reunidos em bandos, grupos ou subgrupos, mas se constituíam enquanto famílias autônomas, as quais mantinham certa independência em relação às outras, cujas viagens realizadas sobre canoas, lhes proporcionavam a locomoção espacial para a prática de caça, coleta e pequenas plantações agrícolas.

¹⁰ a dissertação de mestrado de V. C. da Silva (2001): “*Missão, aldeamento e cidade: os Guaná entre Albuquerque e Cuiabá (1819-1901)*”. Em seu estudo, Silva fez um apanhado histórico sobre a ocupação do povo indígena Guaná, identificando a ocorrência do seu deslocamento populacional do Pantanal para Cuiabá, em uma área que ficava a beira do rio do mesmo nome, quase defronte ao Porto Geral, entre os anos de 1844 e 1845, e como foi o seu processo de interação com Cuiabá e no meio rural.

¹¹ Um grande passo dado para o entendimento sobre o meio agrário do século XIX, teve como responsável V. Corrêa Filho (1946). Este autor ajudou na compreensão dos diversos ambientes e agentes sociais que formaram o espaço pantaneiro, ao mesmo tempo em que desenvolveu importantes

Embora tenha as fazendas como objeto de estudo, esse autor informa que aí se desenvolvia a “plebe rural”, possibilitando auscultar, nas entrelinhas de suas observações, pistas que apontem para a composição deste grupo social:

[...] se desenvolve o trabalho coletivo, indispensáveis as operações de maior escala e o aparecimento da classe de inferior nível social, constituída pelos agregados, camaradas e os que não se alistam em nenhum destes grupos, embora vivam desprovidos de haveres, como os ribeirinhos modestos. Incluem-se os primeiros no rol de pretendentes a morar em gleba pertencente a outrem, cujos favores são retribuídos periodicamente por meio de trabalho. Em geral, o proprietário de terras, que lhe sobejam, consente na ocupação de pequeno lote a quem solicitar, mediante condições variáveis de um para

estudos tanto dos aspectos geográficos quanto históricos sobre a região. Apesar de sua grande contribuição para a história social e cultural de Mato Grosso, não podemos deixar de fazer algumas considerações sobre como este estudioso elaborou sua visão sobre a história do Pantanal. A preocupação de Corrêa Filho estava pautada na vontade de identificar sinais de “progresso” e “civilização”, no desenvolvimento histórico de Mato Grosso. O universo rural para este autor girava em torno das fazendas de gado e os exemplos utilizados para tratar do tema são aquelas propriedades que mais “evoluíram” ao longo do tempo e passaram a cultivar pastos exógenos e terem seus limites cercados. Outras propriedades que não adotaram as formas “modernas” de organização eram vistas como degradação em relação à propriedade original, inseridos em um processo de “involução”. A *criação em comum* e a formação dos *condomínios*, que são pastagens utilizadas por diferentes sujeitos que estão envolvidos em relações de parentesco, são vistas de forma negativa por Corrêa Filho. Contudo, não há dúvida de que seus modelos de explicação estão ligados às limitações do período histórico em que foram desenvolvidos, entre os anos de 1920 a 1940, quando a influência *positivista* e mesmo a linha *evolucionista* ainda se faziam fortemente presentes.

¹² O termo “Plebe rural” não é incorporado por este trabalho por acreditarmos que é inadequada, sendo referendada apenas como uma forma de localizar o leitor sobre o autor que está sendo citado. (CORRÊA FILHO, 1946, p. 123). Ressaltamos aqui, um grupo rural que não devemos esquecer já que o período que estamos analisando conta também com a sua presença: os escravos, que não são referenciados por Corrêa Filho que constrói seu “panorama” com base nas primeiras décadas do século XX. Estes trabalhadores pobres se distinguiam consideravelmente dos demais, pois não se enquadravam como livres. Sabemos, porém, que algumas relações lhes propiciavam certa autonomia, por meio de uma pequena vantagem usufruída pelos escravos de campo em Mato Grosso, mais especificamente entre as redondezas de Cuiabá; na denominada “brecha camponesa”, muito bem destacada por Volpato, e que teve um “papel fundamental no processo de contenção dos escravos”. Segunda esta autora, os proprietários de escravos ao propiciarem a estes a possibilidade de desenvolver uma pequena roça, ofereciam aos mesmos a oportunidade de realizarem “uma atividade lucrativa, que lhe ensinasse algum lucro e o acúmulo de um pecúlio que, por pequeno que fosse, era-lhes de grande importância. Essa pequena quantia poderia ser utilizada das mais diversas formas: servia para complementar a dieta alimentar com a compra de alguma guloseima, ou melhorar a maneira de se vestir, como aquisição de alguma parelha de roupa. Após a provisão da Lei do Ventre tornou-se possível a acumulação de um pecúlio, visando a compra da liberdade”. (VOLPATO, 1946, p. 143). Geralmente os escravos criavam pequenos animais como porcos e as galinhas, o que não exclui a possibilidade de criarem gado. A denominada “brecha camponesa” realizada no Pantanal Norte pode ser vislumbrada por meio de um processo crime que nos revela a utilização desta relação entre senhor/escravo, nas proximidades das regiões em estudo, já que Florência Maria de Oliveira moradora do Aricá, lavradoura, queixou-se contra Agostinho Pereira Guimarães e José Guarim Fernandes responsáveis pela agressão física feito sobre seu escravo de nome Balbino. De acordo com a suplicante, teria Balbino arrendado uma pequena faixa de terra a Agostinho, que ao ser cobrado reagiu de forma violenta contra o escravo. O que mais nos importa neste documento é que a terra que o escravo Balbino arrendou era uma área cedida pela sua dona, na intenção de que este ali desenvolvesse qualquer atividade que lhe proovesse. APMT, Tribunal de Relações, Caixa 17, ano de 1879, Juízo de Direito da Comarca de Cuiabá, Cx atual nº17, Doc. nº 154.

outro estabelecimento. Terá ou não direito a criar algumas cabeças de gado, abrir roças, até certos limites, mas quase sempre será obrigado a atender aos avisos para auxiliar os trabalhos principais de senhorio (CORRÊA FILHO, V., 1946, p. 122).

Os agregados, vivendo com suas famílias, eram também os que possuíam uma relação de maior proximidade com o fazendeiro, tendo acesso contínuo à sua residência e liberdade para desenvolver algumas atividades autônomas, como a agricultura e a criação de animais, garantindo, desse modo, a continuidade de sua reprodução social nas fazendas. Assim, de acordo com um pequeno trecho das observações de Corrêa Filho, os empregados denominados de “mais graduados” eram os agregados.

Nessa altura, convém tecermos breves comentários sobre tal grupo de trabalhadores rurais, mas especificamente no que diz respeito às suas atividades. A proximidade que se estabelecia entre agregados e patrão era marcada por comportamentos e códigos significativos para a ordem desenvolvida nas propriedades no decorrer do dia, consolidando uma relação de ajuda mútua e concomitantemente assimétrica. Semelhantes “relações de confiança” não devem ser observadas sem a articulação com um funcionamento lógico - a “fidelidade” - que orientava as atividades e relações estabelecidas entre ambos - o dono da propriedade e o agregado - em que cada um no limite de suas forças buscava tirar vantagens sobre o outro, pois como bem afirma Anzai (1995, p. 22) ao se referir aos empregados rurais livres de Goiás:

Este rígido sistema de dependência pessoal carregava as relações entre trabalhador e proprietário de elementos extra econômicos: dos agregados, conforme já vistos, exigia-se não apenas o trabalho mas também, e talvez principalmente, demonstração de lealdade para com o patrão; a este por sua vez, cabia avaliar, formalmente diante da sociedade, a honradez e correção de princípios de seu agregado, este aval é que abria espaços para ao trabalhador uma série de atividades sociais.

Os donos das grandes propriedades mediam sua “confiança” junto a seus empregados de acordo com os benefícios que cada trabalhador e sua família poderia lhes proporcionar. A complexidade dessa relação reside justamente no sistema de agregação, que de acordo com Anzai “existia provavelmente em função da não existência da acumulação de capital, que não fazendo da terra uma mercadoria, permitia que a mesma fosse cedida sem maiores problemas, devido principalmente a sua abundância e os baixos impostos cobrados pelos fazendeiros” (ANZAI, 1995, p. 44)

Ser agregado, contudo, significava ser um trabalhador que tinha pelo menos a segurança de perpetuar suas atividades rurais, não correndo risco da indefinição tão

característica de outros moradores locais, como era o caso dos camaradas. De fato como salienta Corrêa Filho (19946, p. 122):

Fora dos compromissos periódicos, vivem em relativa independência, ao contrário dos camaradas, a quem cabe um quinhão maior nos campeios e demais diligências, que se intensificam nas estiagens até o começo da época das águas.

Já em relação aos camaradas, as informações não são tão detalhadas. João Antonio Botelho Lucídio (1991), ao analisar a contribuição de Virgílio Corrêa Filho (1946), em *Nos Confins do Império um Deserto de Homens Povoados por Bois: a ocupação do planalto sul Mato Grosso 1830-1870*, aponta que:

A descrição sobre os camaradas é menos minuciosa, entretanto, a abordagem assume uma perspectiva de resgate histórico da sua existência na formação social mato-grossense. Em linhas gerais, pode-se dizer que o camarada foi o elemento que, junto com os escravos, formavam a mão-de-obra básica nos primeiros tempos de abertura das fazendas e usinas. À medida que os segundos foram diminuindo em quantidade estes foram paulatinamente ocupando seu lugar como força de trabalho. (LUCÍDIO, 1991, p. 62)

Ainda sobre os camaradas, Corrêa Filho (1946, p. 122-123) afirma que:

Empregam-se de acordo com as normas vigentes, mediante remuneração ajustada. Na região sulina já os nomeiam de *peão*, por influência forasteira. Quando se iniciou a pecuária pantaneira, ser-lhe-ia diminuto o número, em confronto com a dos escravos, que então constituíam a maioria dos trabalhadores rurais. À medida, porém, que os segundos se reduziam, beneficiados pelas alforrias, aumentava aqueles em proporção.

Enfim, os camaradas podem ser caracterizados como os trabalhadores que com a “extinção” da escravidão compunham um dos grupos sociais mais desfavorecidos nas relações de trabalho no campo, ocupando um lugar muito próximo ao do trabalho compulsório. Algumas vezes denominados de “peões”, esse grupo realizava trabalhos temporários nas fazendas, usinas e engenhos estabelecendo uma relação diferenciada da conferida aos agregados, tendo em vista que era reduzido o compromisso de “laços de fidelidade” com o patrão. Aliás, a própria qualificação de “peão” nos possibilita perceber certa dimensão da relação destes com as fazendas, que empregava uma mão de obra, sobretudo para a lida com o gado.

No que toca às atividades realizadas pelos camaradas nas grandes propriedades, nos engenhos e, especialmente, nas usinas, podemos traçar maiores comentários, tendo em vista que representavam um número considerável dentre todos os trabalhadores rurais empregados nessas propriedades, sobretudo, nos períodos de safra. De acordo com a historiadora Siqueira (1997, p. 68)

[...] os trabalhadores, agora chamados de “camaradas”, apesar de assalariados, deixavam quase tudo que recebiam na usina, pois eram obrigados a fazer compras nos armazéns que ali existiam. Neles eram comercializadas roupas, calçados, tecidos, fumo, fósforo, utensílios de uso pessoal e até cachaça.

Muitas vezes, em virtude de dívidas que contraíram com despesas de moradia e alimentação, esses trabalhadores tinham seus nomes anotados em cadernetas, que registravam seus débitos para com o proprietário, tornando-os irremediavelmente cativos. Muito mais do que simples registros, essa nomenclatura apontava o grau de controle exercido pelos senhores de engenho e usineiros sobre seus empregados.

Como bem salienta Siqueira, “como os salários eram baixos, os camaradas estavam sempre devendo ao usineiro” e ainda afirma que “presos economicamente à usina estavam presos também seus corpos, pois mesmo que desejassem abandonar o emprego, não poderiam fazê-lo livremente, pois deviam ao usineiro.” (SIQUEIRA, 1997, p. 68). Mesmo com a abolição da escravatura (1888), os trabalhadores das usinas de açúcar de Mato Grosso continuaram a se submeter a relações de trabalho muito próximas às do regime escravista¹³, ainda que não possuíssem, evidentemente, o mesmo valor de mercadoria aplicado aos escravos.

Apesar de uma parte significativa das atividades se voltarem para a agricultura, a caça era outra prática diária que não deve ser descartada durante o período pós-guerra com o Paraguai. Corrêa Filho, (1946, p. 216) destaca que

Entre os empregados das fazendas maiores e das empresas estrangeiras usualmente encontravam-se alguns camaradas contratados para a caça de onças, em especial no Pantanal, onde estes animais representavam uma ameaça constante para as reses. Em algumas fazendas a caça representava uma fonte de lucro adicional, pois a pele de muitos animais era vendida a preços compensadores.

Sobre a comercialização de peles de animais nas grandes propriedades, destacava-se a importância de um espaço rural, o armazém. O viajante norte-americano Roosevelt (1976, p. 91), no início do século XX, ao passar pela fazenda Brazil Land and Cattle Company (empresa do Sindicato Farquahar), descreveu que:

¹³ Anzai nos chama a atenção para o fato de que na região de Goiás os agregados também era uma mão-de-obra que supria consideravelmente a mão-de-obra escrava. Segunda a autora: “Enquanto perdurou a escravidão, os fazendeiros de Goiás deixaram de utilizar o trabalho escravo apenas em situações que colocassem em risco o seu patrimônio, em tais ocasiões, utilizava-se do trabalho do agregado, ou seja, pessoas que recebiam o lote de terras das fazendas em troca da prestação de serviços por um prazo estipulado”. (ANZAI, 1997, p. 22)

No armazém se encontravam pilhas de peles de onça, puma, jaguatirica, jaguarundi, jaguar e uma grande pele de lobo vermelho. Eram adquiridas dos vaqueiros e dos índios mansos, por preços de acordo com a cotação de cada uma, à medida que iam sendo retiradas. Aos jaguares, vez por outra, matavam cavalos e vacas, mas nunca vitimavam touros. Os pumas preferiam os bezerros. As outras espécies de felinos só de raro em raro apresavam algum torneiro, pois de ordinário davam preferência aos carneiros, leitões e galinhas. Vimos também a pele de um jaguar preto.

Lúcia Salsa Corrêa (1997, p. 22) salienta que as relações das comunidades pantaneiras com o seu meio não havia até então, ocasionado tantas alterações no ambiente. Com a intensificação do comércio fluvial, a caça passa a ser feita em larga escala, e as peles, penas e couros de animais silvestres passaram a ser ainda mais procurados para a comercialização. Mas segundo Corrêa Filho (1946, p. 31) a exportação da pele de alguns animais das florestas de Mato Grosso já acontecia anos antes, se estendendo até as três primeiras décadas do século seguinte:

Por volta de 1844-1845 já eram exportadas de Cuiabá peles de veados e de onças através dos tropeiros que demandavam ao Rio de Janeiro [...]. No ano de 1880, de acordo com a Coletoria Provincial de Corumbá, uma pele de onça pintada era negociada no porto por Rs. 10\$000. E, meio século depois, ainda figuravam nas tabelas de exportação do Estado de Mato Grosso peles de onças, de outros animais silvestres e penas de garças.

A partir de 1870, essas matérias-primas, fruto da captura de animais silvestres, adentraram ao mercado industrial tornando-se mais valorizados e viáveis economicamente, porque passaram os trabalhadores rurais a explorá-los em maior quantidade. Ao chegar aos grandes centros industriais, serviam para a fabricação de bolsas, cintos, chapéus, sapatos e demais acessórios. Muitas dessas negociações abasteciam as indústrias exteriores, dentre elas as fábricas americanas e inglesas, que eram as maiores do mundo¹⁴.

Contudo, além das grandes propriedades rurais com sua diversidade de práticas agrárias a região pantaneira era também constituída pelas pequenas e médias propriedades. Para que essa questão fique mais bem posta, vejamos um pouco da

¹⁴ Comércio—Trust para o Couro Vacuum—Gado—Coco de Babassu—Corumbá—Coxim" e os problemas para serem resolvidos. Trechos de um relatório apresentado pelo Delegado Comercial do C.M. de S. Paulo em Mato Grosso, Sr. K. Seba, à Diretoria do mesmo C.M.S.PÁG. In: ANUÁRIO PROPAGANDISTA "SUL DO BRASIL". Vulgarização Econômica e Curiosidades. Publicidade Comercial, 6º ano, Curitiba, 1935, p. 8-9. In: CORRÊA, L. S., *A fronteira na história regional: o sul de mato grosso (1870-1920)*. Tese de doutorado. São Paulo, USFFLCH, 1997, p. 218-219.

composição dos meios rurais e suas atividades diárias, tal como a apreendeu o viajante Bartolomé Bossi (1862, p. 51), ao observar que:

[...] adiante e sobre ambas as costas vão se ia encontrando habitações com seus pequenos cultivos. Prepondera nesses plantios a cana de açúcar, a mandioca, a banana, e a laranja –Com o vapor vão tomando lenha a certa distancia desde da saída de Corumbá, tem ocasião o viajante de trabalhar a terra três vezes ao dia e visitar essas pequenas populações que nada oferecem de particular- O terreno em ambas as costas são muito férteis.

A descrição dessa pequena propriedade oferece “ferramentas” para percebermos as atividades ali realizadas, pois nessa área “prepondera nesses plantios a cana-de-açúcar, a mandioca, a banana, e a laranja” o que indica que podemos ter uma breve noção de que próximo a essas habitações locais eram cultivados alimentos que poderiam ser consumidos ou produzir derivados, como doces e farinhas. A divisão espacial, as atividades locais e as possíveis relações de trocas ou de comércio, são aqui referenciadas.

O diferencial maior deste documento está justamente no fato de assinalar que os grupos rurais que moravam nas pequenas propriedades não se incluíam entre os trabalhadores empregados na fazenda. Assim, donos das fazendas, usinas e engenhos além dos agregados e camaradas, o meio agrário pantaneiro ainda era composto por pequenos agricultores autônomos grupo rural denominado por Corrêa Filho como “ribeirinhos modestos”, caracterizado pela independência em relação aos latifúndios e pela pequena produção, mesmo que desenvolvessem trabalhos temporários nas fazendas. Segundo Lucídio (1991, p. 63):

Uma vez donos de uma pequena área de terra e não devedor, ao menos formalmente, de obrigações materiais diretas para com os fazendeiros e usineiros eles poderiam organizar seus meios de produção e reprodução da vida material da maneira que melhorar lhes aprouvesse ou fosse possível.

Sobre suas habitações não havia muita variação, sendo identificadas, de forma geral, por construções de pau-a-pique, cobertas com palha e de chão batido. Além da agricultura, da criação de animais¹⁵, da caça¹⁶ e da pesca¹⁷, os pequenos proprietários -

¹⁵ O viajante Mulhall fez a seguinte observação, quando estava de passagem no Pantanal Norte. “Uma manhã chegamos num rancho localizado num istmo de terra que estende rio adentro, onde observamos algumas galinhas; o dono, um bom humorado velhinho, com um chapéu de palha e calças de linho, nos vendeu algumas galinhas por poucos dólares. As lanchas têm lugares certos e regulares onde param para se abastecer de lenha e comprar galinhas. No mesmo dia paramos à noite num rancho semelhante daquele já mencionado, e vimos um brasileiro gêmeo daquele de manhã. Um dos passageiros lhe perguntou se ele tinha galinhas para vender, e ele replicou “não, está manhã vocês levaram todas as que eu tinha”. Era o mesmo velhinho e o mesmo rancho; só que desta vez ele saiu

homens e mulheres - que se territorializaram à beira dos rios também produziam derivados, como a farinha de mandioca, a farinha de milho, biscoitos, rapaduras e toucinhos¹⁸, dentre outros. Esses produtos eram consumidos pelos agricultores e também vendidos aos comerciantes. Tais práticas comerciais de forma alguma podem ser vistas como “escambo”, uma vez que não eram trocadas outras espécies, mas sim comercializadas em dinheiro.

De modo geral vimos até aqui que a região norte pantaneira era um universo plural, múltiplo e variável. A começar pela diversidade dos grupos sociais que colaboram para as espacializações locais no período que antecede o ano de 1870 – índios, negros e brancos-, que de formas distintas souberam deixar suas marcas nas reproduções e atualização de suas vidas no período pós guerra com o Paraguai. Isso conseqüentemente constituiu ambientes distintos que residia, não apenas entre os pequenos agricultores livres da beira dos rios São Lourenço e Cuiabá, mas se estendia para os demais grupos rurais ali presentes – usineiros, senhores de engenhos, índios, escravos, agregados e camaradas. Foram estes aspectos que buscamos tratar.

Foi possível perceber também - através da documentação trazida - que a diversidade de práticas no Pantanal Norte se apresentava de forma bastante implícita e

pelos fundos em vez da frente. Viajamos não sei quantas milhas pelas curvas do rio, e o capitão chegou a recolher um novo estoque de lenha; estávamos somente 50 metros, por terra, do lugar por onde passamos pela manhã”. (1998, p. 39). Neste trecho é possível perceber a prática da criação de animais domésticos, ou seja, a galinha. Não podemos esquecer que porcos e gados eram outros animais criados pelos mini-fundiários da beira dos rios navegáveis no Pantanal.

¹⁶ CF: MULHAL, 1998, p. 42

¹⁷ CF: Corrêa Filho, 1946, p. 74 e 75/ Relatório de presidente da província de Mato Grosso, apresentado a Assembléia Legislativa, pelo Exm. Sr. tenente coronel Francisco José Cardozo Junior, no dia 4 de outubro de 1872, p. 112, p. 92.

¹⁸ Estes produtos poderiam ser encontrados entre as mercadorias que saíam dos portos do Pantanal e seguiam para Corumbá, sendo depois direcionados para o Paraguai, Argentina, Uruguai e Bolívia. Cf: NDHIR-UFMT, Cuiabá-MT. Rolo 02, Guias e Exportação (1892-94), Corumbá, 8 de fevereiro de 1892. Despachado por Antonio Joaquim da Rocha o que abaixo se declara para Assumpção, no vapor nº (al) “Humayta”, 1 Caixa contendo sessenta e três kls de queijo/ NDHIR -UFMT, Cuiabá-MT, Rolo 02, Guias e Exportação (1892-94), Corumbá, 11 de janeiro de 1892. Despachado por Burges o que abaixo se declara para o Paraguai, no vapor nº (al) “Humayta” de produção Nacional livre. 10 Caixas com mil e cem rapaduras./ NDHIR -UFMT, Cuiabá-MT. Rolo 02, Guias e Exportação (1892-94), Corumbá, 10 de mde 1892. Despachado por Toribo Baes o que abaixo se declara para Assumpção no vapor nacional “Humaytá”, produção do “Estado”. 10 Litros com farinha de mandioca./ NDHIR -UFMT, Cuiabá-MT. Rolo 02, Guias e Exportação (1892-94), Corumbá, 16 de março de 1892. Despachado por CAVASSA & CIA vapor nº (al) para Assumpção Republica do Paraguai. 1 Caixa contendo setenta e cinco kilos de doce de goiaba. /NDHIR -UFMT, Cuiabá-MT. Rolo 02, Guias e Exportação (1892-94), Corumbá, 19 de fevereiro de 1892. Despachado por CAVASSA & CIA no vapor nº(al) Diamantino os seguintes gêneros de produção d’este estado para Montevideo Repº(ca) Oriental de Uruguay. 24 amarrada 133 bolachas de {...}, pesando novecentos e noventa kilos 990.

fragmentada nas fontes, cuja variedade dos espaços rurais pode ser identificada tanto das margens dos rios quanto dos territórios mais afastados da paisagem aquática. Também nestes a paisagem se mostrava ocupada por atividades agrícolas, já que “as plantações de fumo e cana se espalham por ambas as margens”, até chegar a “Santo Antonio”. Nos foi permitido vislumbrar que a presença de laranjais era notada e outras referências sobre a reprodução rural são sinalizadas, como a criação de porcos e galinhas, além da forte presença do peixe na culinária de seus moradores, o que indica que a pesca entre eles era realizada (MULHAL, 1998, p. 41), sem contar a retirada de lenha, a criação de gado, o comércio nos armazéns e portos fluvial que ligam a economia local a negociações mais amplas.

Bibliografia

Livros, artigos, dissertações, teses e monografias.

ALEIXO, L. H. G., **Vozes no silêncio: subordinação, resistência e trabalho em Mato Grosso (1888-1930)**. Cuiabá, UFMT-EDUFMAT, 1995.

ALMEIDA, R. H. de. **O Diretório dos Índios: um projeto de civilização no Brasil do século XVIII**. Brasília: Editora da UnB, 1997.

ANZAI, L. C., **Vida cotidiana na zona rural do município de Goiás (1888-1930)**. Goiânia: UFGO, 1885.

CASTRO, M. I., **Natureza e Sociedade em Mato Grosso (1850-1930)**. Brasília: Tese (Doutorado) -- UBCDS, 2001.

CORRÊA, L. S., **A fronteira na história regional: o sul de mato grosso (1870-1920)**. Tese (Doutorado em História) – USP-FFLCH. São Paulo, 1997.

CORRÊA, W. B., **Coronéis e Bandidos em Mato Grosso (1889-1943)**. Campo Grande: EdUFMS, 1995

COSTA, M. de F., **Notícias de Xarayes. Pantanal entre os séculos XVI a XVIII**. Tese de Doutorado. São Paulo: EdUSP.1997.

CORRÊA FILHO, V., **Pantanais Mato-grossenses: devassamento e ocupação**. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1946. (Biblioteca Geográfico Brasileiro. Série A: “Livros”, Publicação, v. 3).

CORRÊA FILHO, V., **Fazendas de Gado no Pantanal Mato-grossense**. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1955.

CORRÊA FILHO, V., **A propósito do boi pantaneiro**. Rio de Janeiro: Pongetti, 1926.

CORRÊA FILHO, Virgílio. *Mato Grosso*. Rio de de Janeiro: IHGB, s/d.

COSTA, M. de F., “Entre Xarai, Guaikuru e Payaguá: Ritos de Vida no Pantanal”. In Priore, Mary Del e GOMES, Flávio dos Santos. *Senhores dos Rios*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

COSTA, M. F. de. “História da Ocupação da Bacia do Alto Paraguai”. In: **Relatório do Projeto Estrutura sócio-econômica e dinâmica dos impactos ambientais na Bacia do Alto Paraguai**. Fase 1: Diagnóstico Convenio de cooperação científico-tecnológico Brasil-Alemanha. NERU – Núcleo de Estudos Rurais e Urbanos. UFMT. Cuiabá-Tubingen, 1995.

FRANCO, M. S. C., **Homens livres na ordem escravocrata**. São Paulo: Fundação Editora UNESP, (Biblioteca básica), 4º Ed., 1997.

GALETTI, L. da S. G., **Nos Confins da Civilização: sertão, fronteira e identidade sobre as representações sobre Mato Grosso**. São Paulo, FFLCH/USP, 2000 (Tese de Doutorado).

GINZBURG, C., **Mitos, Emblemas, Sinais: morfologia e história**. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

LUCIDIO, J. A. B., **Nos Confins do Império: Um Deserto de Homens Povoado por Bois (A Ocupação do Planalto Sul Mato Grosso 1830 a 1870)**, Niterói: Universidade Federal de Fluminense, Dissertação de Mestrado, 1991.

MARIGUDÚWO, Boé Eró e ENAWURO, Mário Bordignon. **Os bororos na História do Centro Oeste Brasileiro 1716-1986**. Missão Salesiana de Mato Grosso, Campo Grande, 1987.

MOURA, C. F., **Expedição Langsdorff em Mato Grosso**. Imprinta Gráfica e Editora LTDA. Universidade Federal de Mato Grosso, 1984.

PERARO, M. A., **Bastardos do Império: família e sociedade em Mato Grosso no século XIX**. São Paulo, contexto, 2001.

SILVA, E. P., **O cotidiano dos viajantes nos caminhos fluviais de Mato Grosso (1870-1930)**. Dissertação de Mestrado, UFMT, 2002, p. 54. Aliás existe certa polêmica criada em torno dos rios Cuiabá

SILVA, V. C., da **Missão, aldeamento e cidade: os Guaná entre Albuquerque e Cuiabá (1819-1901)**. Dissertação de Mestrado. UFMT. Cuiabá-MT. 2001.

SILVA, V. C., da **Um delineamento histórico do controle das práticas de pesca no rio Cuiabá, século XIX e XX**. Monografia de especialização, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, MT, 1996.

SILVA, C. J. da e SILVA, J. A. F., **No Ritmo das Águas do Pantanal matogrossense**. São Paulo: NUPAUB- Núcleo de Apoio a Pesquisa sobre Populações e Areas Úmidas Brasileiras, 1995.

SIQUEIRA, E. M., **A ocupação pioneira da região do rio Cuiabá abaixo**. Cuiabá: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso. 1997. (Publicações avulsas, nº 01).

Relatos e crônicas de viajantes

AMORIM, A., **Viagens pelo Brasil**. Rio de Janeiro: Garnier, 1911.

BOSSI, B., **Viagem pintoresco por los rios Paraná, Paraguay, San Lourenzo, Cuyabá y el Arino del grande Amazonas com la descripcion de la Província de Mato Grosso bajo su aspecto fisico, geográfico, mineralógico u sus producciones naturales**, Paris: Dupray de la Mahérie, 1862.

MULHALL, M. G., **Viagem a Mato Grosso**. Cuiabá: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, 1998. (Publicações Avulsas nº 11).

STEINEN, K. von de. **Conferências realizadas na Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro em 1884 e 1888 pelo explorador e cientista Karl von de Steinen a respeito da exploração ao Xingu**. Cuiabá: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, 1998. (Publicações Avulsas, nº 4).

STEINEN, K. von de. **O Brasil Central: expedição em 1884 para a exploração do rio Xingu**. Trad. Catarina Baratz Canabrava. São Paulo: Nacional, 1942.

STEINEN, K. von de. **Entre os aborígenes do Brasil Central**. São Paulo, 1940.

RONDON, C. M. da S., **Relatório dos trabalhos realizados de 1900-1906: comissão linhas telegráficas do Estado de Mato Grosso apresentado as autoridades do ministério da guerra**. Departamento da Imprensa Nacional. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Proteção ao Índio. (Publicação n. 69-70).

ROOSEVELT, T., **Nas selvas do Brasil**. Tradução de Luiz Guimarães Junior; apresentação de Mario Guimarães Ferri. EdUSP: Itatiaia, 1976